

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E AS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO POPULAR

Maria Luiza Pereira Angelim

RESUMO

Com o propósito de contribuir, diante do desafio da extensão universitária da Universidade de Brasília-UnB e das práticas de educação popular, propomos algumas reflexões norteadoras à luz da educação libertadora de Paulo Freire, abordando a extensão como parte integrante da pesquisa e do ensino, o compromisso com a gestão democrática por uma nova sociedade socialista radicalmente humana, a transdisciplinaridade, a pesquisa-ação e a base territorial e virtual.

Palavras-Chave: Educação Popular – Paulo Freire-Extensão Universitária – Gestão democrática – Transdisciplinaridade

ABSTRACT

With the intention to contribute, ahead of the challenge of the university extension of the University of Brasilia-UnB and popular education practice, we propose some directing reflections to the light of the liberating education of Paulo Freire, approaching the extension as integrant part of the research and education, the commitment with democratic management for a new radically human socialist society, the multidisciplinary, the research-action and virtual and territorial base.

Key words: Popular Education, Paulo Freire, University extension, Democratic management, Multidisciplinary, Research-action.

1 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO PARTE INTEGRANTE DA PESQUISA E DO ENSINO- COMPROMISSO DA UNIVERSIDADE COM O POVO BRASILEIRO E A GESTÃO DEMOCRÁTICA POR UMA NOVA SOCIEDADE SOCIALISTA RADICALMENTE HUMANA.

É fundamental iniciar por reconhecer o compromisso com a autodeterminação do povo brasileiro na origem dessa universidade, segundo as palavras de Darcy Ribeiro, em 1978:

[...] a UnB é, sobretudo, o compromisso de esforçar-se, permanente-mente, incansavelmente, para ser a Universidade necessária. Aquela que, ademais de construir-se a si mesma como deve ser, a casa da cultura brasileira, se faça capaz de ajudar o Brasil a formular o projeto de si próprio: a nação de seu povo, ordenada e regida por sua vontade soberana, como o quadro dentro do qual ele há de conviver e trabalhar para si próprio. (grifo nosso). Não pode ser outra a tarefa de uma nação dependente no plano externo e oprimida internamente. Uma nação cativa de elites infecundas que, não lhe permitindo nunca organizar-se para o seu próprio povo, se viu retardada na sua evolução histórica. Esta nação frustrada é que requer da sua Universidade as armas intelectuais de que necessita vitalmente para o salto revolucionário, que lhe permitirá realizar suas potencialidades a fim de integrar-se, um dia, autonomamente, na civilização do seu tempo como uma sociedade avançada, próspera e solidária. (RIBEIRO,1978:43-44).

Na mesma obra, Darcy afirma mais adiante:

[...] O que nos propúnhamos era, por conseguinte, fazer da Universidade de Brasília aquele centro de pesquisas completo, por cobrir todas as áreas, e organicamente integrado numa estrutura unificada, que lhes permitisse operar num alto nível, tanto para o cultivo e o ensino da ciência, como para o estudo crítico dos temas socialmente relevantes, e ainda para a realização das pesquisas de maior importância estratégica para o desenvolvimento autônomo do Brasil. (RIBEIRO, 1978: 93)

E sobre a Extensão universitária, professor Agostinho da Silva assim problematiza a relação de reciprocidade entre o povo e a universidade, em outubro de 1964:

Hoje, preocupam-se as Universidades em procurar o povo por meio de Serviços ou Centros de Extensão Cultural, no que fazem muito bem, e veríamos os organismos como os mais importantes no que se refere à vida externa da Universidade; mas, se os Governos nos cortassem as verbas ou se deixássemos de depender do que desejam os milionários poupar a seus impostos de renda, talvez tivéssemos de ir ao povo, mas de modo diferente (grifo nosso): não para lhe ensinar uma ciência que o não interessa ou de que não precisa, mas para aprendermos dele como se vive com o pouco; no processo, ele aprenderia igualmente de nós aquilo que de facto requer. E talvez, lentamente, como do mosteiro beneditino surgiu a Europa, o povo se agrupasse à volta de Universidades e uma raça nova de sábios, monges e soldados viesse a resolver, no mundo actual, bem frágil e ameaçado, ou por entre os baldios que deixará de si a guerra nuclear, problemas que hoje, pelas nossas separações, pelas fatais divisões de trabalho que a história trouxe, nos aparecem como insolúveis. E talvez também que nunca mais passasse pelo espírito de ninguém, ao contemplar as atividades universitárias, a reflexão do labrego espanhol vendo o pintor que, absorvido, coloria sua tela no campo: "Lo que inventan los hombre para no trabajar." (SILVA, 1964: 36).

No contexto atual, a Extensão pode cumprir papel importante na UnB, em particular, qualificando com referenciais da pesquisa e do ensino, a gestão democrática na efetividade representativa do seu Conselho Comunitário, instalado recentemente, em 26/10/2010, em cumprimento ao Estatuto de 1993 (art. 14), portanto, após 17 anos.

É importante registrar que o representante do movimento social GTPA-Fórum EJA/DF¹ foi o primeiro membro eleito entre os conselheiros para representá-los

na instância superior deliberativa da UnB, o Conselho Universitário-CONSUNI. Do Regimento desse Conselho Comunitário constam suas funções de “opinar sobre estudos, projetos, planos e relatórios e recomendar ações e medidas à Administração Superior”, de modo a explicitar a demanda de pesquisa e de ensino pela sociedade organizada, na qual os movimentos sociais empreendem a sua luta atual pelo Sistema Nacional de Educação articulado, pelas políticas públicas de Estado e pelos 10% do PIB no PL nº 8035/10-Plano Nacional de Educação (2011-2020).

Neste sentido, a extensão no momento próprio, atualizando a “fundação autônoma” da UnB na consolidação de sua gestão democrática, esgotar-se-á como função acadêmica, conforme sugere o sociólogo Boaventura Santos:

A universidade é talvez a única instituição nas sociedades contemporâneas que pode pensar até as raízes as razões por que não pode agir em conformidade com o seu pensamento. É este excesso de lucidez que coloca a universidade numa posição privilegiada para criar e fazer proliferar comunidades interpretativas. A “abertura ao outro” é o sentido profundo da democratização da universidade, uma democratização que vai muito além da democratização do acesso à universidade e da permanência nesta. Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assenta em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as atividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das atividades de investigação e de ensino. (SANTOS, 1996: 225)

2 FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO POPULAR: PEDAGOGIA DO OPRIMIDO OU EDUCAÇÃO LIBERTADORA DO EDUCADOR PAULO FREIRE

Vivendo intensamente os desafios de seu tempo, Paulo Freire (1921-1997) deixa como legado os princípios da educação libertadora na sua principal obra “Pedagogia do Oprimido” de 1968, revisitada na “Pedagogia da Esperança” de 1992, como fundamentos norteadores da Educação Popular, seguem alguns trechos selecionados:

“Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão... Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua convivência com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis... Os oprimidos, nos vários momentos de sua libertação, precisam reconhecer-se como homens, na sua vocação ontológica e histórica de ser mais. A reflexão e a ação se impõem, quando não se pretende, erroneamente, dicotomizar o conteúdo da forma histórica de ser do homem” (FREIRE,1987:52)

“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo. Em verdade, não seria possível à educação problematizadora, que rompe com os esquemas verticais característicos da educação bancária, realizar-se como prática

da liberdade, sem superar a contradição entre o educador e os educandos. Como também não lhe seria possível fazê-lo fora do diálogo” (FREIRE,1987:68)

“A dialogicidade – essência da educação como prática da liberdade” (FREIRE,1987:77)

“A educação autêntica, repitamos, não se faz de A para B ou de A com B ou de A sobre B, mas de A com B, mediatizados pelo mundo.” (FREIRE,1987:84)...

“A nossa convicção é a de que, quanto mais cedo comece o diálogo, mais revolução será. Este diálogo, como exigência radical da revolução, responde a outra exigência radical – a dos homens como seres que não podem ser fora da comunicação, pois que são comunicação. Obstaculizar a comunicação é transformá-los em quase “coisas” e isto é tarefa e objetivo dos opressores, não dos revolucionários... É preciso que fique claro que, por isto mesmo que estamos defendendo a práxis, a teoria do fazer, não estamos propondo nenhuma dicotomia de que resultasse que este fazer se dividisse em uma etapa de reflexão e outra, distante, de ação. Ação e reflexão se dão simultaneamente” (FREIRE,1987:125)

“Me sinto absolutamente em paz ao entender que o esfacelamento do chamado “socialismo realista” não significa, de um lado, que foi o socialismo mesmo que se revelou inviável; de outro, que o capitalismo se afirmou definitivamente na sua excelência.”

“Que excelência é essa que consegue ‘conviver com mais de um bilhão de habitantes do mundo em desenvolvimento que vivem na pobreza’, para não falar, na miséria. Para não falar também na quase indiferença com que convive com bolsões de

pobreza e “bolsos” de miséria no seu próprio corpo, o desenvolvido. Que excelência é essa, que dorme em paz com presença de um sem-número de homens e mulheres cujo lar é a rua, e deles e delas ainda diz que é culpa de na rua estarem. Que excelência é essa que pouco ou quase nada luta contra as discriminações de sexo, de classe, de raça, como se negar o diferente, humilhá-lo, ofendê-lo, menosprezá-lo, explorá-lo fosse um direito dos indivíduos ou das classes, ou das raças, ou de um sexo em posição de poder sobre o outro. Que excelência é essa que registra nas estatísticas, mornamente, os milhões de crianças e, se mais resistentes, conseguem permanecer, logo do mundo se despedem?”(FREIRE,1992:94-5).

Ao analisar o Catálogo de oferta de Programas e Projetos de Extensão de Ação Contínua – PEACs, em 2010, classificados por áreas temáticas num total de 193, identificamos a seguinte distribuição:

Área Temática	Nº	%
Educação	69	35,8
Saúde	64	33,1
Meio ambiente	20	10,4
Cultura	18	9,3
Direitos humanos e Justiça	08	4,1
Comunicação	07	3,6
Tecnologia e Produção	04	2,1
Trabalho	03	1,6

Constata-se que 133 PEACs (68,9%) correspondem às áreas temáticas de Educação e Saúde, expressando diversidade de respostas às demandas sociais e requerendo pesquisa mais aprofundada do seu significado acadêmico.

Neste sentido, orientar a extensão a partir das “necessidades sociais

emergentes” como educação, saúde, habitação, produção de alimentos, geração de emprego, ampliação e redistribuição da renda exige uma atitude crítica propositiva permanente não reformista do capitalismo, formando sujeitos coletivos em busca de soluções estruturantes de uma nova sociedade brasileira democrática, republicana, sustentável, radicalmente humana. Esta mesma atitude crítica propositiva deve nortear a compreensão da “responsabilidade social” reduzida a inclusão social, desenvolvimento econômico e social, defesa do meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural. Ou seja, na tensão entre os interesses público e privado, fortalecer os movimentos sociais, as iniciativas de autogestão da economia solidária, de gestão social por políticas públicas de Estado via Conselhos e Orçamento participativo, de ações de iniciativa popular no poder legislativo, de comunicação social construída coletivamente entre outras ações de consolidação da sociedade organizada.

3 TRANSDISCIPLINARIDADE E PESQUISA-AÇÃO COMO CONDIÇÕES DE EXERCÍCIO DA EDUCAÇÃO POPULAR COMO CONSTRUÇÃO COLETIVA DE SABERES DIVERSOS À SERVIÇO DE UMA NOVA SOCIEDADE

A extensão como espaço de formação de jovens e adultos, em processo de construção, para além da potencialidade crítica e propositiva do repensar a Universidade, a educação básica, os ambientes virtuais multimedial interativos, os movimentos sociais em rede, pode contribuir no repensar a própria pesquisa de caráter transformador, em particular, a pesquisa em educação, enfatizando

a pesquisa – ação existencial (FREIRE, 1981; BARBIER, 2002; BRANDÃO, 2003) de sujeitos coletivos enraizados e implicados no processo de auto-hetero-ecoformação, segundo Galvani (2002) numa perspectiva transpessoal (SANTOS NETO, 2006), transdisciplinar (NICOLESCU, 1999) e transcultural.

Retomamos como base referencial, o Ser Aprendiz Orgânico Cósmico (ANGELIM, 2006), ou seja, uma espécie humana sujeito, naturalmente aprendiz, no exercício de interação com o outro ou os outros no ambiente permanente de ligação cósmica do eterno agora! Em outras palavras, uma espécie capaz de exercer sua autonomia de aprendizagem da Vida (autoconsciência), como cidadão (habitat) e como trabalhador culturalmente identificado em sociedade, como constituinte do equilíbrio harmônico da natureza-vida.

Neste sentido, os processos formativos dos universitários sugerem o reconhecimento de iniciativas estudantis como o Estágio de Vivência cuja primeira experiência foi realizada em 1989, em Dourados (MS), em conjunto com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), agregando estudantes de agronomia da região Centro-Oeste brasileira, hoje, multiplicada por todo o país com abordagem interdisciplinar. Também, sugerem a constituição de Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede-CTAR (SOUZA et al,2010), sob o princípio da aprendizagem colaborativa em ambiente virtual e presencial.

Finalmente, merece atenção o esforço de integração dos processos formativos em Programas como o PIBIC- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica; PET-Programa de Educação Tutorial; PIBEX-Programa Institucional de Bolsas de Extensão; PIBID-Programa de Bolsas

de Iniciação à Docência e PRODOCÊNCIA-Programa de Consolidação das Licenciaturas.

BASE TERRITORIAL E VIRTUAL – NOVO DESAFIO

A extensão inicialmente cultural, depois instituiu-se como função indissociável da pesquisa e do ensino na universidade, adquirindo uma referência de territorialidade como Projeto Rondon de ações episódicas, depois com continuidade em “campus avançado”, seguido de “campus aproximado” transformado em “núcleo permanente” concomitante aos Programas e Projetos de Extensão de Ação Contínua – PEACs. A partir de 2006, implementa-se a política de expansão de *campi* universitários

e adesão ao Programa da Universidade Aberta do Brasil-UAB (Decreto nº5.800 de 08/06/06), inicialmente, com oferta de cursos de graduação a distância. Em todo este processo, o que há de mais significativo nestes últimos cinco anos, é a relação estabelecida entre a universidade e o(s) município(s) como gestão de um programa federal, constituindo o novo desafio de estabelecer organicidade interna na gestão, sobretudo, acadêmica e articulação com o Sistema Nacional de Educação. Hoje, a UnB, no âmbito do programa UAB, dispõe, em regime de colaboração com as administrações municipais, de 29 polos de apoio presencial na oferta de cursos de graduação, nas quatro regiões (Norte-10;Nordeste-4;Centro-oeste-10;Sudeste-5).

Diante desta nova configuração da educação superior de base territorial (municipal, estadual, distrital) e virtual, cabe à extensão o desafio de repensar sua prática territorial e virtual em consonância com os Programas e Projetos de Extensão de Ação Contínua – PEACs, à luz de referenciais norteadores aqui expostos, sobretudo, o sentido do Conselho Comunitário da Universidade de Brasília.

Como texto aberto, fica ao leitor a possibilidade de questionar, completar, sugerir e propor outras reflexões para este momento da extensão na Universidade de Brasília, podendo acessar o PEAC-Portal dos Fóruns de EJA do Brasil www.forumeja.org.br

NOTAS

¹ GTPA - FÓRUM EJA/DF – Grupo de Trabalho Pró-alfabetização do Distrito Federal - Fórum de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Distrito Federal- é um movimento social constituído desde 10/outubro/1989 e integrado ao movimento nacional dos Fóruns de EJA estaduais do Brasil, a partir de 2003.

REFERÊNCIAS

- ANGELIM, M.L.P. **Extensão como espaço de formação de educadores de jovens e adultos**. In: SOARES, Leôncio (org.). Formação de educadores de jovens e adultos. Belo Horizonte : Autêntica/ Secad-MEC/UNESCO, 2006.
- BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Tradução de Lucie Didio. Brasília: Plano, 2002.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A pergunta a várias mãos: a experiência da partilha através da pesquisa na educação**. São Paulo: Cortez, 2003. (Série Saber com o outro. V.1)
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 10ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia – saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- FREIRE, Paulo. **Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação**. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). Pesquisa participante. SP: Brasiliense, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALVANI, Pascal. **A autoformação, uma perspectiva transpessoal, transdisciplinar e transcultural**. In: Educação e Transdisciplinaridade, II/coordenação executiva do CETRANS.São Paulo: TRIOM,2002.

NICOLESCU, Basarab et al. **Manifesto da Transdisciplinaridade**. Tradução de Lúcia Pereira de Souza.São Paulo:TRIOM,1999.

RIBEIRO, Darcy. **UnB: invenção e descaminho**. Rio de Janeiro:Avenir Editora,1978.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**.2 ed.São Paulo: Cortez,1996.

SANTOS NETO, E. **Por uma educação transpessoal – a ação pedagógica e o pensamento de Stanislaw Grof.S.Bernardodo**. Campo:Metodista:Rio de Janeiro: Lucena,2006.

SILVA, G. Agostinho. **Notas para uma posição ideológica e pragmática da Universidade de Brasília**. ano I,n.4/5.Lisboa,1964. (p.24-36)

SOUZA,A.M.,FIORENTINI,L.M.R. RODRIGUES. M.A.M.(orgs.) **Educação superior a distância: Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede (CTAR)**.Brasília:Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Editora da Universidade de Brasília, 2010. 264p.

Maria Luíza Pereira Angelim, Mestre em Educação Brasileira, é Professora da Faculdade de Educação da UnB, membro do grupo de pesquisa Lattes Aprendizagem, Tecnologia e Educação a distância e Coordenadora da equipe do Programa de Extensão: Portal dos Fóruns de EJA do Brasil www.forumeja.org.br,